

ARTIGO

AS ARTICULAÇÕES DA COMPANHIA DOCAS DE SANTOS NO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPES) E NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964-1967)

ELAINE DE ALMEIDA BORTONE

Pós-Doutora em História Social (UFF)
Professora do ensino a distância Cederj/Unirio
E-mail: elainebortone@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4407-3979>

RESUMO: O artigo tem como objetivos analisar as articulações da Companhia Docas de Santos (CDS) no golpe de Estado de 1964, por meio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e os benefícios econômicos que a empresa obteve na ditadura, no governo Castello Branco (1964-1967). O IPES foi uma organização empresarial que desenvolveu ações e estratégias a fim de criar as bases de oposição para desestabilizar e derrubar João Goulart (1961-1964). Os resultados indicam que Cândido Guinle, proprietário da CDS, que havia contribuído para os trabalhos do IPES no sentido de depor Goulart, foi agraciado com benefícios nos seus negócios particulares na ditadura empresarial-militar.

PALAVRAS-CHAVE: Companhia Docas de Santos, IPES, Candido Guinle de Paula Machado, ditadura empresarial-militar.

THE JOINTS OF COMPANHIA DOCAS DE SANTOS IN THE INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPES) AND IN THE BUSINESS-MILITARY DICTATORSHIP (1964-1967)

ABSTRACT: The article aims to analyze the articulations of Companhia Docas de Santos (CDS) in the 1964 coup d'état, through the Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), and the economic benefits that the company obtained in the dictatorship, in the Castello Branco government (1964-1967). IPES was a business organization that developed actions and strategies in order to create the bases of opposition to destabilize and overthrow João Goulart (1961-1964). The results indicate that Cândido Guinle, owner of CDS, who had contributed to the work of IPES in order to depose Goulart, was awarded benefits in his private business during the business-military dictatorship.

KEYWORDS: Companhia Docas de Santos, IPES, Candido Guinle de Paula Machado, business-military dictatorship.

Recebido em: 29/03/2023

Aprovado em: 19/06/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p112-134>



Introdução

Desde o início dos anos 1950, empresários vinham se articulando entre sua classe e com os militares de forma diferenciada e em distintos segmentos sociais para a criação de uma entidade que protegesse seus interesses de classe. Desenhavam e articulavam uma entidade de ação política que defendesse a economia de mercado, a empresa privada, que se opusesse ao governo de João Goulart (1961-1964) e à resistência de forças sociais e políticas adversas. Para enfrentar a crise econômica, Goulart criou medidas para proteger e incentivar os segmentos econômicos nacionais e atenuar as relações de interdependência e complementaridade da economia brasileira com a internacional. Ele, conforme Bandeira (2010) adiantou uma série de medidas importantes, ofuscadas pelas questões políticas e pelos seus adversários, que, posteriormente, se apoderaram do governo com o golpe.

Foi um período com ampla mobilização e participação popular e de trabalhadores no processo político, que passaram a debater as reformas de base e a reivindicar ajustes salariais. O empresariado se sentia ameaçado com esta conjuntura e já tinha fortes restrições à Goulart por ter defendido publicamente o aumento de 100% para os trabalhadores que recebiam salário mínimo, quando estava à frente do Ministério do Trabalho, 1953-1954 (Starling, 1986, p. 42). Na mesma época, Goulart se filiou ao Partido dos Trabalhadores Brasileiro (PTB), que segundo o empresário paulista do setor farmacêutico e líder do IPES-SP, Paulo Ayres Filho, era uma “poderosa máquina política” (Siekman, s. d.).

Mendonça e Fontes (2004) chamam atenção que a crise econômica não punha em risco a continuação da acumulação capitalista, mas as dificuldades econômicas foram vistas através de uma ótica ampliada pela crescente participação das camadas trabalhadoras e pela luta entre os grupos dominantes de quem conduziria o Estado na direção da satisfação de seus interesses. Acrescenta as autoras que as greves, inflação e as conspirações revelam a estreita relação entre todos estes elementos e sua importância para o desfecho militar. Conforme Gorender (2014) o período que antecedeu ao golpe foi o mais alto das lutas dos trabalhadores e, em função disto, a articulação golpista teve em vista a

substituição do controle das classes subalternas do consensual para o coercitivo extremado.

Neste cenário, surgiu, em novembro de 1961, dois meses após a posse de Goulart, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que se declarou uma “entidade apolítica”¹ e se autodefiniu como “Estado-Maior”,² inspirado na Encíclica *Mater et Magistra*³ e na ata da Aliança para o Progresso. No seu Estatuto,⁴ o Instituto se apresentava como uma “sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuítos educacionais, sociológicos e cívicos”. Pretendia, segundo o documento, estimular a livre empresa, o “fortalecimento do regime democrático do Brasil” por meio de uma ação que consistia em estudar os problemas brasileiros e apresentar soluções. Sua ação baseava-se em “ver, julgar e agir”.⁵

Mas o Instituto ocultou sua verdadeira identidade. O IPES surgiu de uma articulação do empresariado multinacional e associado com os militares para integrar diversos grupos e organizar uma coesão interna da fração mais internacionalizada do empresariado em uma oposição que pudesse desestabilizar, esvaziar e deter o governo de João Goulart e as forças sociais que o apoiavam, para assegurar a “conquista” do Estado, reconfigurar sua estrutura institucional a sua maneira, tanto no quadro de dominação, como no conjunto das determinações do capitalismo.

Com estrutura complexa e rica em recursos materiais e humanos, o IPES planejou e preparou diversificadas ações e estratégias, lícitas e ilícitas, para alcançar seus objetivos. Organizou uma ação política por meio de campanhas ideológicas, da qual fazia parte diversificados materiais de doutrinação (artigos, boletins, informativos, filmes, encartes, livros etc.), divulgados na grande mídia aliada com a finalidade de manipular a opinião pública para atrair e manter diferentes

¹ Documento do IPES: O que é o IPES, p. 2, s/d. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

² Ata do IPES da Reunião Conjunta Rio/SP de 03.04.64. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

³ A carta encíclica *Mater et Magistra* (mãe e mestra) de João XXIII, criada em 15 de maio de 1961, em meio a Guerra Fria, atualizou as orientações levantadas pela *Rerum Novarum*, de Leão XIII. Tinha como objetivo pensar sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. Dá uma visão crítica das estruturas socioeconômicas do capitalismo, como também fornece os instrumentos capazes de corrigir as injustiças sociais. Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acessado em: 05 jun..2016.

⁴ Estatutos do IPES, 1963. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁵ Documento do IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Definição de atitude. s/d. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

segmentos da sociedade junto ao seu projeto. Coordenou congressos, seminários e debates em programas na TV e no rádio com temas de seu interesse e que criticassem as medidas do governo Goulart. Aliou-se e financiou várias entidades nacionais e estrangeiras da sociedade civil, que tinham a mesma proposta, para fortalecer seus objetivos.

Para a construção e efetivação do seu projeto de ação política, o IPES só teria eficácia em nível nacional. Para isto, após a sua consolidação na Guanabara (RJ) e em São Paulo (SP), o Instituto fundou outras unidades no Brasil para estimular e apoiar a mobilização de forças nas demais unidades federativas, objetivando a consolidação ou a conquista de pontos de apoio regionais, tais como IPESul (Moraes, 2012), IPES Belo Horizonte (Starling, 1986), IPES Pernambuco, IPES Paraná, IPES Manaus, IPES Belém e IPES Santos. Com o grande envolvimento e comprometimento do empresário Candido Guinle de Paula Machado com a organização do IPES e com os seus ideários, é provável que o IPES Santos estivesse dentro da Docas, eram os chamados “ipesinhos” criados dentro das empresas para que os empresários levassem para seu interior as “ideias democráticas do IPES” e o “neocapitalismo liberal”.⁶

Por meio de fartas campanhas de convencimento político, econômico e social, o IPES buscou atrair e obter aliados divulgadores dos seus objetivos para debilitar a capacidade de reação do governo. Para isto, o IPES se aproximou dos estudantes, professores, trabalhadores, atos, artistas, igreja, Forças Armadas, universidades, escritores, políticos, empresários, donas de casa, etc. Como um “guarda-chuva político de organização de classe” (Dreifuss, 2006, p. 197) coordenou esforços no sentido de ajustar diferentes interesses e ideologias, difundindo inicialmente a ideia de resistência contra o governo, e, posteriormente, o consenso e a urgência quanto a sua derrubada.

Simultaneamente, como tática defensiva e ofensiva, e já pensando em um novo Estado, formulou e difundiu projetos de governo e 23 anteprojetos de reformas de base, para salvaguardar e consolidar suas posições na direção política e ideológica da sociedade.

⁶ Ata do IPES Comitê Diretor de 27.11.62, CE de 29.11.62 e Roteiro básico para um programa de ação a longo prazo, de 06.06.63. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

A fundação do IPES foi financiada por um grupo de empresas: Indústria e Comércio de Minério (ICOMI),⁷ Refinaria e Exploração de Petróleo União, Listas Telefônicas Brasileiras S.A., Serviços de Eletricidades S.A. (LIGHT), Casa Masson do Rio de Janeiro, Construtora Rabelo S.A e Companhia Docas de Santos (CDS).⁸ O IPES foi custodiado também por contribuições financeiras de inúmeras pessoas físicas, civis e militares, por fundos norte-americanos,⁹ pela Central Intelligence Agency (CIA), que além das verbas no esforço de corrupção para influir em eleições para derrotar o regime democrático, o orientava e lhe fornecia *kown-how* (Bandeira, 1973, p. 426) e por aproximadamente 440 empresas privadas, nacionais e internacionais, de diferentes segmentos econômicos. Algumas contribuições de empresas eram sob anonimato, outras sem recibo.¹⁰ Alguns bancos e indústrias, para não aparecerem e disfarçarem suas doações, forneciam subsídios por meio das associações dos banqueiros,¹¹ do Centro de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (CIERJ)¹² e do Fundo de Ação Social (FAS), um dos maiores contribuintes do IPES, criado dentro da Câmara de Comércio Americana (AMCHAM) por empresas estadunidenses.¹³

Com o golpe de Estado, em 1º de abril de 1964, foi implantada uma ditadura empresarial-militar que estava a serviço do grande capital, sobretudo do externo. A composição militar-empresarial controlou em definitivo as rédeas da máquina gerencial-estatal “erigindo um formidável aparato de Estado para sustentar seu monopólio do poder” (Alves, 2005, p. 31). O bloco no poder, isto é, a fração de classe liderada pelo IPES, não se estabeleceu apenas no aparelho dominante, mas

⁷ Ver: REGINATTO, Ana Carolina. **A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

⁸ Breve Histórico do IPES - 1967, p. 1. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁹ Ata do IPES Comitê Executivo de 14.01.63. Arquivo Nacional. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

¹⁰ Ata do IPES Comitê Diretor de 27.03.62 Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

¹¹ Ata de reunião do IPES de 05.02.62 Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

¹² Financiavam através do CIERJ: Laboratório Silva Araújo Toussel S/A, Cia Merck do Brasil S/A Produtos Farmacêuticos, Laboratório Químico Farmacêutico Voros, Reichold Química S/A, Quimitra Com. Ind. Química S/A, Eletromar Ind. Elétrica, Cotonifício Gávea S/A, Cia de Cigarros Souza Cruz, Cia Cervejaria Brahma, Cimento Portland Barroso e Cia Química Merck do Brasil. Documentos do IPES: Contribuintes do IPES por intermédio do Centro Industrial do Rio de Janeiro, s/d e Sócios, s/d, p. 3. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

¹³ Para saber mais sobre o FAS: BORTONE, E. de A. As trincheiras do empresariado norte-americano no golpe de Estado de 1964: os casos da American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM) e do Fundo de Ação Social (FAS). Revista Continentes (UFRRJ), ano 9, n. 16, 2020.

também em todos os órgãos do Estado, tornando-se a sede privilegiada dos interesses hegemônicos.

O estudo segue o roteiro teórico-metodológico sugerido pelo marxista italiano Antonio Gramsci sobre Estado ampliado, por conter na sua elaboração as transformações sofridas pelo Estado capitalista, a dominação política de classe, a representação de interesses, as políticas estatais, as relações entre classe dominante, os aparelhos privados de hegemonia, ideologia, além de conceitos que explicam as correlações de força no Brasil no início dos anos 1960. O IPES era, conforme o conceito de Gramsci, um aparelho privado de hegemonia, que é uma instituição da sociedade civil voltada à sedimentação de um dado consenso, a hegemonia, no sentido da vitória de uma visão de mundo sobre outras, a ser conseguida através da ocupação de espaços ideológicos. Organiza as vontades coletivas dos grupos dominantes ou dos dominados que disputavam para conquistar ou conservar a hegemonia. Para estabelecer as vontades e a ação coletiva nos aparelhos, Gramsci aponta a figura do intelectual orgânico, que, nas suas palavras, trata-se do “preposto do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (Gramsci, 2000, pp. 20-21).

Candido Guinle de Paula Machado

Médico de formação, Candido Guinle (1918-2000) pertenceu a uma família de origem francesa que chegou ao Brasil no século XVII. Filho de Linneo de Paula Machado e Cecília Guinle, e irmão de Francisco Eduardo e Lenneo Eduardo de Paula Machado. Casou, em 1946, com Maria Cecília Rangel Pedrosa com quem teve sete filhos: Francisco, Guilherme, José Pedrosa, Pedro, Cecília Maria, Eduardo e Miguel de Paula Machado.

Ao longo da sua vida, Candido Guinle foi proprietário de muitas empresas de diferentes segmentos econômicos,¹⁴ mas a CDS, o Banco Boavista¹⁵ e a Companhia Artes Gráficas Indústria Reunidas (AGIR)¹⁶ financiaram o IPES, bem como alguns executivos das referidas empresas subsidiaram e participaram das atividades do Instituto, o que mostra a determinação de Candido em torno do projeto político do IPES e para que ele fosse efetivado. Além de terem passado pela órbita do IPES, alguns exerceram função no Estado, o que confunde entre o público e o privado aprofundando o processo de integração entre empresa privada e governo.

A criação do IPES, que desenhou e planejou o golpe de 1964, foi uma militância política de Candido Guinle de Paula Machado, proprietário da CDS. Foi um intelectual orgânico e líder do IPES-GB, envolvido em atividades secretas do Instituto, com voz nas principais decisões e responsável em influenciar militares e empresários a agirem contra o governo. Teve funções no Conselho Orientador, Comitê Diretor, Conselho Orientador Nacional, Grupo de Levantamento da Conjuntura e Grupo de Estudo e Ação, grupos responsáveis pelas estratégias e ações políticas do Instituto. Além de envolvido em várias atividades no IPES, como

¹⁴ Campestre S/A, Metais do Brasil Ltda, Indústria Brasileira de Regeneração de Óleos S/A, Banco Boavista S/A, XV de Novembro Com. e Administração S/A, Metais do Brasil Ltda, Companhia Agrícola Botucatu, Companhia Artes Gráficas Indústrias Reunidas S/A – AGIR, Companhia Trauíra de Fosfato, Campestre S/A, Companhia Brasileiras de Alumínio (CBA), Instituto de Fisiologia Aplicada S/A (IFA), Cimento Nacional de Minas S/A (CIMINAS), Itatiaia Companhia Seguros, Boavista Itatiaia Previdência Privada S/A, Elebra Informática S/A, Elebra S/A Eletrônica Brasileira, Vistacredi S/A Crédito Financiamento e Investimentos, Elebra Planejamento, Desenvolvimento e Engenharia S/A, Banco S. Magalhães S/A, Central S/A Exportação, Indústria e Comércio, Cotisa Colocadora de Títulos S/A Corretora de Valores, Brasil Veículos S/A, Banco de Crédito Municipal S/A, Máquinas Piratininga S/A, Indústria Brasileira de Refinação de Óleos S/A (IBROL), Phidia Agrícola, Escritórios São José e Expedictus Ltda, Companhia Hotéis Palace (Hotel Copacabana Palace), Cia Industrial e Agrícola Santa Cecília e Companhia Docas de Santos, objeto do artigo.

¹⁵ A origem do Banco Boavista se encontra na empresa Boavista Cia Ltda, criada, em 1923, com objetivo do comércio bancário. Em 1927, transformou-se no Banco Boavista S/A, e foi vendido em 1997. O banqueiro Fernando Machado Portela, superintendente do Banco (1934-1975), foi líder do IPES-GB. Foi um caso de ipesiano que trabalhou no Estado. No governo Castello Branco foi diretor (1965) e conselheiro (1965-1974) do Banco Nacional de Habitação (BNH). Portanto, atuou no setor público e privado simultaneamente (BORTONE, 2018). Segundo atas, alguns bancos contribuíam como sugestão dos próprios banqueiros, via Sindicato dos Bancos, prática utilizada para disfarçar as contribuições. Na ficha do Boavista (Fichas de cadastro do Banco Boavista – BR_RJANRIO_QL_O_OFU_0065_d0001de0002 pp. 9-10 – Acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional) o sindicato está registrado como responsável.

¹⁶ Criada em 1944, no período da Segunda Guerra Mundial, a AGIR reuniu pensadores católicos conservadores. Além de Candido Guinle, outros ipesianos foram acionistas na sua fundação: Alceu Amoroso Lima, Gastão Vidigal, João Pedro Gouveia Vieira, José Pires de Oliveira Dias. Além do financiamento, a AGIR colocou sua infraestrutura comercial e técnica à disposição do IPES, publicou livros patrocinados pelo Instituto e assegurou ajuda técnica e financeira para a gráfica que o Instituto operava. Foi porta voz na condução que vinculou a *Frankling Book Programs Inc* ao IPES. O convênio materializou-se na fundação do Centro de Bibliotecnia, já discutido. Encerrou suas atividades, em 1999, sob o comando de José de Paula Machado, filho de Candido Guinle.

a elaboração do Estatuto da Terra, Cândido desenvolveu ações voltadas para os movimentos sindicalista e estudantil.

O movimento sindical, como o de estudantes, era uma grande preocupação do Instituto. O início dos anos 1960 foi palco de diversos embates político-ideológico no interior do movimento sindical, que lhe deu a capacidade de mobilização e combatividade, adquiridas com as greves para a reposição salarial, com a pressão para a posse de João Goulart, e, posteriormente, para o avanço das reformas de base. Com isto, as classes dominantes articularam novos mecanismos de ação ideológica para interferir no movimento. Os ipesianos desejavam “um sindicalismo livre, puro, autêntico e cristão, inspirado e definido, sobretudo, na doutrina social da Igreja”.¹⁷ Ou seja, apático e aliado, que não perturbasse com reivindicações desinteressantes para o empresariado.

Desta forma, o IPES investiu em várias frentes com a finalidade de desorganizar e fragilizar os sindicatos que tinham uma posição política à esquerda, e que apoiavam o governo, e, por outro lado, amparar os que tinham atitudes conservadoras, fortalecendo, assim, sua força. Manobra, aponta Gorender (2014) para jogar as camadas médias contra o movimento operário, o acusando de anárquico e as greves responsáveis pela inflação.

Para garantir sindicalistas atuando dentro do seu ideário, o IPES investiu na formação de líderes sindicais em parceria com entidades e padres: a Confederação Nacional dos Círculos Operários Católicos, para a qual doou Cr\$ 1.750.000,00;¹⁸ subvencionou o Padre Carvalho com Cr\$ 220.000,00 mensais para atender a formação de líderes em Campos (RJ) e em Petrópolis (RJ).¹⁹ Como parte da doutrinação, o IPES financiou líderes sindicais, os quais eram constantes em sua folha de pagamento,²⁰ uma “espécie de pedagogia para cães: osso para os que acertam, castigo para os que erram”.²¹

¹⁷ Noticiário *Razões para criação do IPES*, agosto 1962, p. 4. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

¹⁸ Relatório do IPES, s/d. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

¹⁹ Ata do IPES Comitê Executivo de 02.10.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

²⁰ Ata do Comitê Executivo de 22.01.63. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

²¹ Ata do IPES Comitê Executivo RJ e SP de 22.01.63. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

A coordenação do projeto para a formação de líderes junto com o Padre Veloso, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBD), e da Federação dos Círculos Operários, ficou sob a responsabilidade de Candido Guinle. Tratava-se de um movimento com a finalidade de escalar líderes sindicais para fazerem curso, com duração de seis meses, para a carreira política sindical, “homens que atendem a nosso favor”,²² conforme o empresário.²³ Para dar continuidade ao projeto, Candido Guinle autorizou o pagamento de Cr\$ 2.000.000,00 à Federação dos Círculos Operários.²⁴

Nesta empreitada, Candido Guinle fez contatos, em 1962, com o Movimento Democrático Brasileiro (não é o partido político), em São Paulo, que apoiado pelo IPES desenvolvia trabalhos de formação de líderes sindicais no sítio escola, com linha anticomunista.²⁵ Em uma chácara na represa de Santo Amaro (SP), o empresário carioca e o IPES reuniram, com auxílio do Movimento, por volta de 2.400 líderes sindicais com a finalidade de formar gente para “berrar” e “brigar” e “não ficar calado”.²⁶

O movimento estudantil, muito militante e combativo também despertou muita atenção do IPES. No início da década de 1960, o desejo de mudanças agitava o país, a sociedade brasileira estava engajada em uma transformação, no novo, e os estudantes tinham uma grande participação neste processo. Em função disto, as formas de ação com os estudantes sempre estiveram nas pautas de reuniões do IPES. Cândido Guinle ciente da importância deste setor na sociedade, pontuou que “a ação só será eficaz se parti[sse] dos estudantes”. O empresário Duvivier Goulart discordou e apostou que a ação deveria ser feita por meio dos professores, “que são os elementos permanentes”. Mas o IPES agiu em todas as frentes para “futuras vitórias”.²⁷

²² Ata do IPES Comitê Diretor de 27.03.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

²³ Ata do IPES de 27.02.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

²⁴ Ata do IPES Comitê Executivo de 08.02.63. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

²⁵ Ata do IPES Comitê Diretor de 27.03.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

²⁶ 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história, p. 385. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

²⁷ Ata do IPES Comitê Diretor de 27.11.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

O IPES investiu na educação para instrumentalizar e politizar os estudantes dentro do seu projeto. Estabeleceu convênios com várias instituições de ensino para promoverem cursos e palestras com a finalidade de “prover experiência política”²⁸ e criou outras, como o Centro de Bibliotecnia (CB), em 1965, sob a coordenação de Candido Guinle. O CB recebeu apoio financeiro das principais editoras da época: Ao Livro Técnico, José Olympio Editora, Ed. Distribuidora Record, Artes Gráficas Gomes de Souza, Ed. Delta S/A, Ed. Monterrey, Ed. Globo e Companhia Artes Gráficas Industriais Reunidas - AGIR, de propriedade de Candido Guinle. O CB foi inspirado e financiado pela *Franklin Book Programs Inc*²⁹ e tinha como objetivos influir sobre a opinião pública, ampliar os ideais da classe protagonista, promover e estimular a publicação e difusão do livro, sobretudo os norte-americanos, para fornecer informações e pontos de vista sobre a perspectiva dos Estados Unidos.

Defendendo os interesses da CDS, o IPES produziu, em 1962, o documentário “Portos paralíticos” e publicou o artigo “Aspectos econômicos do problema portuário”³⁰ de autoria de Candido Guinle, os quais tinham como alvo influir a opinião pública contra o governo na questão do porto. Ambos os materiais asseguravam que o Estado tratava com descaso o transporte marítimo, que era, segundo o filme, responsável pela paralisia que atingia o funcionamento dos portos. Para enaltecer a iniciativa privada, o filme exhibe a situação precária do porto de Manaus, gerido pela administração pública, e apresenta o de Santos, privado, como o melhor, mas necessita de cuidados e de ajuda do governo. O aspecto social não foi abordado, a crítica centra-se na falta de recursos e infraestrutura. No artigo, o empresário ressaltou a deficiência existente na parte administrativa do setor e acusou a desproporção entre os recursos públicos concedidos ao setor portuário e

²⁸ Ata do IPES Comitê Diretor de 27.03.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

²⁹ Criado em 1952 motivada pela Guerra Fria e a fim de eliminar os efeitos da influência soviética, editores norte-americanos estabeleceram a organização sem fins lucrativos que forneceram profissionais treinados aos editores estrangeiros proporcionando uma “melhor compreensão dos Estados Unidos”. Tinha como objetivos apoiar a causa da educação, da alfabetização e da democracia, fornecendo livros norte-americanos para “os países subdesenvolvidos”, como “uma força poderosa no combate à propagação da ideologia soviética” (Robbins, 2007).

³⁰ Boletim Mensal do IPES n° 34 e 35 – 1965. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

os propiciados pelo governo aos demais setores ligados ao transporte, seja por dotações orçamentárias, por créditos ou outras fontes oficiais de recursos.³¹

Candido foi ainda membro de várias entidades de classe que defendiam os interesses dos seus negócios. No Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), representante das categorias envolvidas na atividade editorial, foi presidente em dois períodos, 1958-1960 e 1966-1970, e diretor, em 1966. No Sindicato Nacional dos Enfermeiros da Marinha Mercante foi presidente (1970) da junta governativa provisória. Na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) foi do Conselho de Política Industrial, em 1978. Membro do Conselho Consultivo (1977-1979) da Associação Brasileira das Entidades Portuárias (ABEP).

A Companhia Docas de Santos (CDS)

A CDS foi fundada em 1888 por Candido Gaffrée³² e Eduardo Palasin Guinle, após ganharem uma concorrência pública para a construção e exploração do porto de Santos. Na época, mediante um decreto do agonizante Império “tiveram a garantia de isenção de pagamento de qualquer tributo” e, desde então, e até 1980, as inúmeras tentativas do poder público de cobrar dessa empresa impostos ou taxas, foram sistematicamente derrubadas.³³ Viveu, assim, a expensas do Estado que lhe garantiu vários privilégios.

Em 3 de novembro de 1892, com o porto de Santos já em operação, Gaffrée, Guinle & Cia foi incorporada para formar a CDS, que, além da construção e operação do porto, tinha como objetivos o comércio em geral e os serviços de comissária, agências de navegação e transportes terrestres. A Companhia, conforme Honorato (1996) era conhecida como o “polvo” graças ao controle monopolista que detinha da atracação de navios, do embarque e desembarque de mercadorias, das obras portuárias, dos armazéns, do transporte de mercadorias e do abastecimento de energia elétrica na área portuária.

Em 7 de novembro 1980, a concessão e administração do Porto de Santos passou para a empresa estatal, Companhia Docas do Estado de São

³¹ Boletim Mensal do IPES n^os 34 e 35, 1965, pp. 110-115. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

³² Candido Gaffrée morreu em 1919, sem deixar herdeiros, passando a CDS apenas para os Guinles

³³ ‘De pai para filho, desde 1888’. Revista *Veja*, 26.03.1980, p. 21.

Paulo (CODESP). A família Guinle criou a Docas Investimentos S/A que passou a desempenhar, exclusivamente, o papel de *holding*, voltada, em especial, para o desenvolvimento de negócios nas áreas de finanças, por intermédio do Banco Boavista, e de seguros, pelo Boavista Itatiaia, que disputava posições de destaque no segmento de previdência privada.

A CDS nasceu atrelada ao Estado, ou seja, germinou a partir do aporte de capital estatal, sem demandar de seus proprietários o capital financeiro imprescindível para alavancar o empreendimento produtivo. Além do fato do investimento inicial ter se transformado no único aporte de capital que a empresa recebeu para garantir seu funcionamento e seu crescimento, os lucros obtidos com as transações comerciais e a superexploração do trabalhador, não eram reinvestidos na empresa (Faoro, 2002; Leal, 1997; Gonçalves, 2000). Ao longo do séc. XX tal situação não se alterou e se acentuou na ditadura empresarial-militar quando foram baixados inúmeros decretos e leis que continuaram garantindo privilégios, como analisado no subitem à frente.

Para além das contribuições financeiras da CDS, conforme recibos depositados no fundo do IPES no Arquivo Nacional, ao projeto político do IPES, algumas ações organizadas pelo Instituto sugerem a atuação da empresa. Na década de 1970, os empresários ipesianos estabeleceram conexões com o empresariado chileno no sentido de transmitir-lhes *know-how* de como depor o presidente Salvador Allende (1970-1973). O empresário e político anticomunista chileno Pedro Ibáñez Ojeda (Grupo Adolfo Ibáñez Cia) importava maquinaria agrícola e equipamentos industriais do Brasil. Segundo Rojas, dentro das caixas que saiam do Porto de Santos eram contrabandeados os armamentos (metralhadoras e fuzis), entre 1972-1973, para nutrir grupos terroristas e a organização Pátria y Libertad no Chile (Rojas, 1974, pp. 234-235). O autor explica que o negociador de armas, Pedro Ibáñez Ojeda, era apenas uma engrenagem em uma enorme maquinaria montada no Brasil para canalizar fundos para sabotagem da economia chilena e alimentação de grupos fascistas. No governo Pinochet, o empresário foi membro do Conselho de Estado (1976-1979) como representante das atividades empresariais. Importante destacar que a CDS tinha o monopólio da retirada de todas as mercadorias do Porto de Santos para dentro dos navios, bem como os seus equipamentos eram utilizados para tal serviço. Não há evidências que

provem a participação da Docas nas manobras, mas os contrabandos sempre foram muitos e frequentes no porto, conforme documentos no fundo do Serviço Nacional de Informação (SNI), custodiados no Arquivo Nacional.

As contribuições financeiras da CDS não se limitavam propriamente ao IPES, mas também a organização criada pelo Instituto. A Ação Comunitária do Brasil (ACB-GB), criada em 1966 por empresários nacionais e estrangeiros, dentre eles membros do IPES, com apoio organizacional e financeiro da entidade norte-americana *Action International*, contou com recursos de empresários e de empresas, como a CDS. A ACB, entidade sem fins lucrativos tinha com o objetivo, segundo seus documentos, a promoção de atividades de ação comunitária, visando contribuir para a solução de problemas típicos das grandes concentrações urbanas, melhoria das condições econômico-sociais dos moradores em favelas ou habitações semelhantes. Mas são procedimentos burgueses voltados para a esterilização das lutas de classes e para o aumento da exploração da força de trabalho e que o senso comum as absorve contraditoriamente como práticas benevolentes dos ricos que utilizam seus excedentes da riqueza para melhorar a vida dos pobres.

Não só Candido Guinle passou pela órbita do IPES, mas alguns diretores da CDS foram membros e se envolveram com entidades que atuavam conjuntamente com o Instituto no período pesquisado, tais como Raul Fernandes, Ismael Coelho de Souza e Guilherme B. Weinschenck. Outra característica presente na composição da direção da empresa foi o trânsito de indivíduos que exerceram cargos públicos que, ao se desligarem dessas funções, passaram a ocupar funções na Docas, garantindo a convivência com as benesses do governo, o trânsito contínuo de informações e o contato permanente com as esferas do poder.³⁴

Com a conquista do Estado, como já analisado anteriormente, empresas e empresários que haviam contribuído com os trabalhos do IPES, no sentido de

³⁴ Nos anos posteriores, o conselho da CDS foi formado por homens que exerceram função no Estado: José Eduardo do Prado Kelly, Vice-Presidente CDS (1969-80), Ministro do STF (1965-68) e Conselheiro FUNABEM (1965); Luiz Biolchini, Conselho Fiscal (1976-80), SUMOC / BC / BB (1964-66); Octávio Gouveia de Bulhões, Conselho Consultivo (1972-80), Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica (1964-67); Mário Henrique Simonsen, Conselho Consultivo (1972-73), Ministro da Fazenda (1974-79) e Ministro do Planejamento (1979); Luiz Gallotti, Conselho Consultivo (1976-80), Ministro do STF (1949-74); Mem de Sá, Conselho Consultivo (1975-80), Ministro da Justiça/Ministro do TCU (1966/1973); Eugênio Gudin, Conselho Consultivo (1972-80), Ministro da Fazenda (1954-55); Harold Cecil Poland, Conselho Consultivo (1972-75), Conselho Nacional de Economia (1966); Cel. Antonio Erasmo Dias, Diretor de Administração (1983), Segurança Pública do Estado de São Paulo (1974-1979).

derrubar o governo Goulart, foram beneficiados com políticas públicas no governo Castello Branco, e com a CDS não foi diferente.

Políticas portuárias do governo Castello Branco (1964-1967)

No governo Castello Branco (1964-1967), o Estado se militarizou (Brigagão, 1985; Mathias, 2003), mas estabeleceu-se no interior do regime uma divisão de trabalho entre civis e militares nas posições da administração pública federal. O IPES tornou-se governo na medida em que grande quantidade de associados e parceiros do Instituto ocupou cargos-chaves nos ministérios, na estrutura administrativa e nas empresas estatais, onde criaram políticas públicas que atenderam aos seus interesses econômicos particulares. Vários anteprojetos de reforma formulados pelos ipesianos foram implantados, bem como seus idealizados ocuparam cargos na máquina estatal. O que sugere uma linha de continuidade na relação de empresários no pré-golpe com o desdobramento da estrutura administrativa do Estado pós-1964, quando a elite econômica organizou a administração do Estado em função de um projeto político próprio que beneficiou sua classe (Bortone, 2018).

O domínio, o poder e a liberdade de ação dos ipesianos na estrutura do Estado foram de tamanha grandeza que perpassaram por distintos setores e cargos, e, em alguns casos, acumularam diferentes funções, além de nomearem e indicarem pessoas provenientes de suas redes de conhecimentos, que estavam imbuídos no mesmo objetivo, para diversas direções administrativas (Bortone, 2018). Conforme explica Poulantzas,

O Estado burguês lhe permite funcionar por deslocamentos e substituições sucessivas, dando condições para o deslocamento do poder da burguesia de um aparelho para outro: o Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico (Poulantzas, 1978, p. 160).

Nas suas funções, os ipesianos intervieram na economia; estimularam a iniciativa privada; incitaram o capitalismo atrelado ao capital internacional; criaram mecanismos para reprimir quaisquer ameaças de oposições operárias ou populares, criaram políticas públicas direcionadas aos seus negócios e transformaram, enfim, o Estado econômico, política e socialmente em um

instrumento do poder burguês. A CDS que financiou o golpe, por meio do IPES, e legitimou a ditadura foi agraciada com várias políticas.

Aproveitando-se da crescente repressão política e da intervenção e supressão das atividades sindicais, que minou a capacidade de resistência dos trabalhadores, o governo militar fixou uma série de medidas no âmbito no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) focadas na dinâmica do mercado de trabalho. Criou uma política salarial que significou a abolição da negociação coletiva e o início do controle dos reajustes salariais, que foi um dos principais responsáveis pela inflação e pelo aumento dos lucros das empresas. Utilizou os parâmetros de preços e produtividade, cuja ideia básica era a de que houvesse estabilidade dos salários reais e aumentos somente se ocorressem elevações de produtividade. Entretanto, houve crescente subdimensionamento desses indicadores, que provocou achatamento nos salários, especialmente nos menores. Entre a década de 1960 e 1970, cresceu a diferenciação salarial e uma piora na distribuição de renda no período.

Logo após o golpe de Estado, a CDS começou a diminuir os salários dos trabalhadores. Segundo denúncias do deputado estadual Oswaldo Rodrigues Martins (PST-SP), o pagamento dos doqueiros era feito na base da cubagem e foi transformada pela base de peso, diminuindo o salário. Por exemplo, tonelagem 1.000 kg de algodão representava em cubagem 1.889 kg e tonelagem 1.000 kg de farelo correspondia a 2.166 kg, em cubagem, mas a empresa continuou auferindo as mesmas taxas de capatazias, ou seja, aumentou seus lucros e colocou por terra a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).³⁵

A política da superexploração do trabalho, pautada no arrocho salarial e na flexibilização veio acompanhada da lei antigreve (Lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964) e uma intensa repressão que instruiu, no âmbito do trabalho, um regime de terror. Este pacote sinalizava uma política de controle global da classe trabalhadora em uma ordenação jurídico-política que evitasse ao máximo a liberdade de movimentação dos trabalhadores para se utilizarem de um princípio universal: a liberdade de recusa de cessação de sua força de trabalho. A ditadura restringiu a liberdade de organização e expressão do movimento sindical, tornando ilegal qualquer manifestação grevista e criando obstáculos e impedimentos, com

³⁵ *Diário Oficial de São Paulo*, 31.10.64, p. 75.

intervenções e afastamentos das direções sindicais, com prisões e aniquilamento de suas lideranças.

Como a CDS se tratava de uma empresa privada, os trabalhadores, portanto, não estavam a salvo de medidas punitivas como demissões e desconto de dias parados quando realizavam suas greves. Do mesmo modo, o cotidiano das relações de trabalho se pautava pela busca incessante de intensificação da exploração do trabalho, em reação à qual se desenvolveu a luta sindical da categoria.

Em 14 de julho de 1964 foi baixado o Decreto nº 54.018 que criou o Conselho Nacional de Política Salarial e estabeleceu normas sobre a política salarial do governo. O Conselho era formado pelos ministros dos Negócios, da Fazenda, da Viação e Obras Públicas, do Trabalho, da Previdência Social, da Ind. e Comércio, das Minas e Energia e do Planejamento, todas as cadeiras foram ocupadas por ipesianos no período pesquisado.

Os principais pontos do Decreto foram: proibia que acordo salarial fosse firmado por empresas privadas subvencionadas pela União ou concessionárias de serviços públicos federais sem prévia audiência do Conselho; os reajustes não poderiam se realizar com um espaçamento inferior a doze meses e foi determinado de maneira a igualar ao salário médio dos últimos 24 meses, acrescido de uma taxa de produtividade estimada para o ano anterior e de um percentual que traduzisse o resíduo inflacionário; e podiam ser revistas essas normas se o crescimento da produtividade da empresa ou categoria fosse maior que a fixada em lei, mas desde que não acarretassem repercussões prejudiciais ponderáveis nos preços de bens e serviços, ou no caso de distorções salariais em categorias ou empresas (Abreu, 2010).

Em junho de 1965, a CDS cortou o regime de 36h de trabalho que vigorava desde 1962. Suprimiu jornadas de 6h e aboliu férias de trinta dias, adicional por tempo de serviço, salário chuva, licença prêmio, produção por cubagens, complementação de aposentadorias e pagamentos das jornadas dominicais. O Sindicato dos Arrumadores de Santos foi posto sob intervenção, fechado e diretores dos estivadores, conferentes de carga e descarga e de consertadores foram monitorados, perseguidos, presos e torturados.³⁶

³⁶ *Correio da Manhã* 23.06.65, 1º caderno, p. 9.

O Decreto nº 56.420 de 4 de junho de 1965, que “Reconhece como nulos os acordos coletivos que menciona”, foi o maior golpe contra os portuários. O Art. 1º anulou os acordos coletivos celebrados em 1962 e 1963, que estabeleciam a gratificação de férias, entre o Governo Federal e a Federação Nacional dos Portuários. O direito à complementação dos trabalhadores portuários foi cassado, o que dificultou, posteriormente, suas aposentadorias.

Em 26 de novembro de 1965, foi baixada a Lei nº 4.860, “sobre o regime de trabalho nos portos organizados”, que modificou radicalmente o regime de trabalho dos portos. O Art. 3º determinou que o horário de trabalho nos portos organizados, para todas as categorias de servidores ou empregados, seria fixado pela respectiva Administração do Porto, de acordo com as necessidades de serviços e as peculiaridades de cada porto. O Art. 6º estabeleceu os horários de trabalho que melhor conviessem à sua realização, escalando o pessoal para executá-lo, em equipes ou não. Determinou ainda que as horas ordinárias a que estava obrigado, o trabalhador prestaria serviço extraordinário nas horas destinadas à refeição e ao descanso quando fosse determinado (BRASIL, 1965). Ou seja, a Lei não só reconheceu as administrações dos portos como as únicas autoridades responsáveis pelo funcionamento dos serviços, como desrespeitou intervalos de repouso na jornada de trabalho e reduziu a remuneração de trabalhadores.

A Lei causou indignação e tensão no porto. Os sindicatos se manifestaram contra a redução salarial e pelo restabelecimento dos salários anteriores. Os salários médios dos portuários caíram de Cr\$ 280.000,00 para Cr\$ 175.000,00. Reduziu a remuneração de 18 mil trabalhadores da CDS. Um trabalhador de 1ª classe noturno (19h às 7h) teve seu ganho reduzido de Cr\$ 21.650,00 para Cr\$ 6.450,00. A CLT proibia trabalho por mais de 48h durante a semana, mas os guindasteiros trabalhavam 60h semanais durante o período noturno.³⁷

Como medida preventiva contra qualquer manifestação que pudesse surgir em decorrência da referida Lei, o capitão dos portos, o comandante Hedno Viana Chamoun colocou grupos de choque e de fuzileiros navais para guarnecer o cais. Ameaçou enquadrar na Lei de Segurança Nacional os que ousassem participar da chamada Operação Tartaruga.³⁸ O capitão de fragata José Luiz da Rocha foi

³⁷ *Correio da Manhã*, 19.01.66, 1º caderno, p. 9.

³⁸ *Correio da Manhã*, 19.01.66, 1º caderno, p. 5.

designado para presidir o Inquérito Policial-Militar (IPM) da Operação e o capitão de fragata Manoel Jorge da Purificação para o cargo de adido militar junto à inspetoria da CDS. Nesta Operação, trabalhadores foram presos e torturados.³⁹

Em 2 de janeiro de 1966 foi promulgado o Decreto-Lei nº 3, que “disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias; altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências” (Brasil, 1966). Criado alguns meses após o Ato Institucional nº 2, tinha como objetivo ampliar as prerrogativas do Ato, controlar, vigiar e punir os trabalhadores da orla portuária. No caso da CDS dava uma nova dimensão à repressão contra os trabalhadores, pois a Guarda Portuária adquiriu um caráter militar, sendo vedado a ela o direito à sindicalização (Santos; Fernandes Neto, 2020).

Em 4 de abril de 1966 foi proclamado o Decreto-Lei nº 5, que estabeleceu normas para recuperação dos portos nacionais e causou apreensão aos trabalhadores. O Art. 5º determinou que os quadros de pessoal fossem reestruturados para que se ajustasse à estrita necessidade da execução dos serviços em base econômica. O Art. 8º não possibilitava aos sindicatos portuários celebrarem convenções coletivas. Conforme José Aureliano Boff, representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o DL foi "O mais eficiente diploma legal de que dispõe o governo para antepor-se às descabidas e sempre crescentes pretensões dos portuários"⁴⁰. O Art. 17 autorizava a suspensão da obrigatoriedade da convocação dos serviços dos vigias portuários sindicalizados, apenas o pessoal matriculado na Delegacia do Trabalho Marítimo. O *Parágrafo único* do artigo estipulou, ainda, que a remuneração do pessoal seria livremente convencionada pelos contratantes, respeitados os limites do salário-mínimo regional. Por fim, o Art. 21 decidiu que os trabalhadores de estiva e de capatazia constituiriam categoria profissional única, denominada - operador de carga e descarga. Ou seja, ambas as categorias desapareceriam e os trabalhadores perderiam todos os direitos conquistados, não se sabendo o que aconteceria com os respectivos sindicatos.

Além das leis e decretos baixados que desfavoreceram os trabalhadores da CDS, a empresa foi beneficiada com uma série de portarias autorizando a cobrança de adicional sobre as taxas tarifárias vigentes no Porto de Santos com a finalidade

³⁹ *Correio da Manhã*, 20.08.66, 1º caderno, p. 5.

⁴⁰ Arquivo Nacional, fundo Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica. BR_DFANBSB_VAZ_0_0_03736_d0001de0001.

de atender aos encargos decorrentes do aumento de salários concedidos aos trabalhadores por decisão do Conselho Nacional de Política Salarial. Ou seja, a CDS também não comprometia seus lucros com despesas trabalhistas: Portaria nº 642 de 30 de dezembro de 1964, autorizou adicional de 73% sobre as taxas; a Portaria nº 12 de 4 de janeiro de 1966, aprovou adicional de 15%.

Da mesma forma, a CDS não investia seus ganhos na melhoria do porto, os recursos para as obras eram provenientes do Estado, conforme estabelecido em contrato, como demonstração no quadro a seguir.

PORTARIA	DETERMINAÇÃO
Portaria nº 218 de 25.5.1964	Aprovou o Programa de Aplicação dos Recursos no Fundo de Melhoramento do Porto de Santos para as obras e aquisições necessárias do reaparelhamento e expansão do porto
Portaria nº 245 de 09.06.1964	Aprovou o projeto e orçamento, no valor total de Cr\$ 30.068.879,30, referente à ampliação da garagem para empilhadeiras
Portaria nº 246 de 09.06.1964	Aprovou o orçamento no valor de Cr\$ 2.090.000,00 para aquisição de terreno
Portaria nº 357 de 05.08.1964	Aprovou o projeto e orçamento, no valor de Cr\$ 87.650.000,00 para as obras de instalação da rede de abastecimento d'água para o cais de atracação do Terminal de Petroleiros em Conceiçãozinha
Portaria nº 503 de 30.08.1964	Aprovou o projeto e orçamento na importância de Cr\$ 1.055.129.743,60 relativos ao alargamento da faixa do cais de Paquetá a Outeirinhos
Portaria nº 416 de 10.09.1964	Aprovou o projeto e o orçamento na importância de Cr\$ 8.260.000,00 relativos à construção de uma cantina no interior do Armazém VI do porto de Santos
Portaria nº 419 de 14.09.1964	Aprovou o projeto e o orçamento, na importância de Cr\$ 6.980.000,00 relativos à construção de uma cantina sobre o canal do Mercado, no porto de Santos
Portaria nº 420 de 14.09.1964	Aprovou o projeto e o orçamento, no valor de Cr\$ 9.580.000,00 para construção de uma cantina próxima ao armazém frigorífico do porto de Santos
Portaria nº 434 de 22.09.1964	Aprovou o projeto e o orçamento no valor de Cr\$ 46.200.000,00 relativos à construção de edifícios para escritório, cantina e vestiário, em Conceiçãozinha
Portaria nº 435 de 22.09.1964	Aprovou o projeto e o orçamento, na importância de Cr\$ 19.000.000,00 relativos à construção de instalações contra incêndio no cais do Saboó, no porto de Santos
Portaria nº 893 de 27.12.1985	Aprovar o orçamento na importância de Cr\$ 5.500.000,00 relativo à aquisição do imóvel

Portaria nº 894 de 29.12.1985	Aprovar o orçamento na importância de Cr\$ 4.950.000,00 relativa à aquisição do imóvel
Resolução nº 292.6-66 de 20.04.1966	Aprovar a alteração de orçamento de Cr\$ 46.000.000 para Cr\$ 92.000.000,00 referente à execução da rede de drenagem, assentamento de linhas férreas, pavimentação e obras acessórias à retaguarda do cais
Portaria nº 437 de 28.07.1966	Aprovar orçamento, na importância de Cr\$ 12.100.000,00 relativo à aquisição de imóvel
Portaria nº 454 de 08.08.1966	Aprovar projeto e orçamento no valor de Cr\$ 259.200.000,00 relativos à adaptação nos atuais equipamentos, fora de uso, de embarque de café, de uma instalação para embarque de cereais a granel
Portaria nº 341.4-66 de 30.09.1966	Aprovar Projeto e Orçamento no montante de Cr\$ 1.423.500.000,00 referentes à construção das instalações para descarga de carvão e minério
Portaria nº 57 de 30.01.1967	Aprovar o projeto e orçamento no valor de CR\$ 168.500,000,00 relativos à instalação de um sistema de aquecimento nos tanques

Fonte: Tabela feita pela autora.

O prazo de concessão do porto de Santos venceu em 1980. Em 1985, os proprietários receberam Cr\$ 91 bilhões e 193 milhões de indenização a título de reembolso pelos supostos investimentos feitos pela CDS no Porto de Santos, durante 1890-1980,⁴¹ mas conforme quadro acima as melhorias no porto foram financiadas pelo Estado.

Conclusão

O IPES foi o Estado-maior intelectual, um partido político. Conforme Gramsci, o partido político organiza vontade, assumindo o papel de nervo articulador de determinados segmentos ou frações de classe. Representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerado o único capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal. A sua supremacia se manifesta como domínio e como direção intelectual e moral.

O IPES foi a expressão dos interesses do capital associado e multinacional que buscava aglutinar vários grupos e categoriais sociais, de uma forma que ampliasse na consciência social a propaganda anticomunista e a rejeição ao

⁴¹ *Jornal do Brasil*, 15.03.65, 1º caderno, p. 36.

governo João Goulart. Seria necessário, portanto, para barrar o ascenso das massas trabalhadoras do campo e da cidade, uma estrutura repressiva que desmobilizasse a organização sindical e associativa da classe operária e camponesa, para a efetivação de um projeto de modernização coerente com seus objetivos e, conseqüentemente, com os objetivos do grande capital em utilizar a ditadura empresarial-militar. Portanto, o golpe de Estado de 1964 foi um golpe de classe da ação organizada do setor mais internacionalizado do empresariado brasileiro, que significou um “grande negócio para o grande capital” (Melo, 2013, p. 4).

Com a instauração da ditadura empresarial-militar, a CDS, dependente dos aportes do Estado que lhe garantiu privilégios e benesses, implantou uma lógica de exploração dos trabalhadores e uma rede de dispositivos armados para perseguição, repressão, controle e tortura para calar e cessar as reivindicações trabalhistas.

Referências

ABREU, A. A. Conselho Nacional de Política Salarial. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010

ALVES, M. H. M. **Estado, e oposição no Brasil 1964-1984**. Bauru (SP): Edusc, 2005.

BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BANDEIRA, L. A. M. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964. São Paulo: Unesp, 2010

BORTONE, E. de A. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar**: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BORTONE, E. de A. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BRIGAGÃO, C. **A militarização da sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DREIFUSS, R. **1964 A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Ed. Globo, 2002.

GONÇALVES, J. S. R. C. **As empresas familiares no Brasil**. *Era Light*, v. 7, nº 1, pp. 7-12, Jan./Mar., 2000, s/p

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 2.

HONORATO, C. T. **O polvo e o porto**. A Cia. Docas de Santos (1888-1914). São Paulo: Hucitec, 1996.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.

MATHIAS, S. K. **A militarização da burocracia**. A participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação 1963-1990. São Paulo: Unesp, 2003.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. M. **História do Brasil recente (1964-1992)**. São Paulo: Ática, 2004.

MELO, D. B. O golpe de 1964 como uma ação de classe. *Revista do Instituto de Estudos da Religião (ISER)*, **Revista Verdade, Memória, Justiça**, janeiro de 2013. Disponível em <http://revistavjm.com.br/edicoes/estruturas-economico-politicas-da-ditadura/>

MORAES, T. A. **Entreguemos a empresa [sic] ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado**: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista *Democracia e Empresa [sic]* do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ROBBINS, L. S. Publishing American Values. The Franklin Book Programs as Cold War Cultural Diplomacy. **Library Trends**, Vol. 55, No. 3, 2007 (“Libraries in Times of War, Revolution, and Social Change,” edited by W. Boyd Rayward and Christine Jenkins), pp. 638–650.

ROJAS, R. **Estos mataron a Allende**. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1974.

SANTOS, A. G.; FERNANDES NETO, A. **Cia Docas de Santos**. Eternamente em berço esplêndido. São Paulo: Sundermann, 2020

SIEKMAN, P. Quando homens de empresa viraram revolucionários. **Revista Fortune**, set. 64. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

STARLING, H. M. M. **Os senhores das gerais**. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.